



7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 30 de maio de 2026

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
-0,73% São Paulo	+0,72% Nova York	R\$ 5,042 (+ 0,22%)	25/maio 5,019 26/maio 5,027 27/maio 5,061 28/maio 5,031	R\$ 5,883	14,40%	14,32%	Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33 Fevereiro/2026 0,70 Março/2026 0,88

CRESCIMENTO ECONÔMICO

Agronegócio e consumo sustentam alta do PIB

Elevação de 1,1% da economia brasileira no primeiro trimestre, puxada pelas commodities, fica acima das expectativas do governo, apesar dos juros elevados e das incertezas do cenário global. Ritmo, porém, deve desacelerar nos próximos meses

» RAFAELA GONÇALVES

Tração

Economia mantém ritmo de expansão apesar dos juros elevados

VARIAÇÃO TRIMESTRAL DO PIB BRASILEIRO

Em %, trimestre contra trimestre imediatamente anterior



DESTAQUES DO 1º TRIMESTRE DE 2026

Pela ótica da oferta

Agropecuária: +2,0%
Indústria: +1,0%
Serviços: +0,5%

Pela ótica da demanda

Investimentos: +3,5%
Consumo das famílias: +1,0%
Consumo do governo: +0,4%

Sector externo

Exportações: -1,7%
Importações: +4,4%

Fonte: IBGE

Valdo Virgo/CB/D.A Press

A economia brasileira cresceu 1,1% no primeiro trimestre deste ano em relação ao último trimestre de 2025, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o resultado, o Produto Interno Bruto (PIB) do país totalizou R\$ 3,3 trilhões no período. Na comparação com o mesmo trimestre de 2025, a atividade econômica avançou 1,8%. No acumulado dos últimos quatro trimestres encerrados em março, o crescimento do PIB foi de 2%.

Segundo o IBGE, a maior parte da riqueza gerada no começo do ano veio da produção de bens e serviços, que somou R\$ 2,8 trilhões. Outros R\$ 461,2 bilhões corresponderam à arrecadação de impostos sobre produtos.

O resultado do trimestre foi puxado, principalmente, pela agropecuária, que cresceu 2% e teve o melhor desempenho entre os grandes setores da economia. “Levando-se em conta seus pesos no PIB, as atividades que mais contribuíram para o crescimento foram a agropecuária, a extrativa mineral e as outras atividades de serviços”, destacou o coordenador de Contas Nacionais do IBGE, Ricardo Montes de Moraes.

Na indústria, os destaques positivos ficaram por conta da extração mineral, que cresceu 3,6%, e da construção, com alta de 2,9%. A indústria de transformação teve estabilidade, com leve avanço de 0,1%. Em contrapartida, o segmento de eletricidade e gás, água, esgoto e gestão de resíduos recuou 0,3%. O setor industrial representa cerca de 23% da economia brasileira.

Já o setor de serviços, responsável por aproximadamente 70% do PIB do país, apresentou crescimento em áreas como informação e comunicação (2,4%), atividades imobiliárias (1,2%) e outras atividades de serviços, comércio e administração pública. Por outro lado, houve retração nos segmentos de transporte, armazenagem e correio, além das atividades financeiras e de seguros.

Para o economista Matheus Pizzani, do PicPay, o crescimento da economia brasileira no primeiro trimestre não deve ser interpretado como uma continuidade do ciclo mais intenso de expansão observado após a pandemia.

Segundo ele, parte relevante do desempenho positivo da atividade esteve associada ao cenário internacional, especialmente ao avanço da agropecuária e da indústria extrativa. “O peso da economia internacional sobre a dinâmica da atividade econômica local foi determinante nos três primeiros meses do ano”, avaliou ele.

Pizzani destacou que o bom desempenho do agronegócio se deu em meio ao aumento da produção e aos estímulos de preços no mercado global de commodities, segmento no qual o Brasil possui forte participação. Ao mesmo tempo, a indústria extrativa ganhou ainda mais relevância diante da maior demanda internacional por petróleo brasileiro após o agravamento

do conflito no Oriente Médio.

Consumo das famílias

O avanço do consumo das famílias foi um dos principais motores da economia brasileira no período. Pela ótica da demanda, o indicador cresceu 1% no trimestre, surpreendendo parte do mercado ao demonstrar resiliência, mesmo diante do crédito mais caro e dos efeitos da política monetária restritiva em um cenário de juros elevados.

“É o agregado com mais peso e contribuiu para o maior crescimento da economia neste trimestre”, destacou Ricardo Montes de Moraes. O resultado se deu em um cenário marcado pela expansão da

renda, mercado de trabalho aquecido e estímulos à atividade em ano eleitoral.

Outro destaque do trimestre foi a retomada dos investimentos. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), indicador que mede os investimentos em máquinas, equipamentos, construção e infraestrutura, avançou 3,5% no período, revertendo a queda de 3,4% registrada no fim de 2025. Segundo o IBGE, os investimentos voltaram ao patamar observado no terceiro trimestre do ano passado e também tiveram contribuição relevante para o crescimento da economia.

Na avaliação de Matheus Pizzani, os fatores domésticos tiveram contribuição mais moderada para o crescimento. O economista

observa que estímulos tradicionalmente capazes de aquecer o consumo no início do ano tiveram impacto limitado desta vez. “Nem mesmo fatores como o reajuste real do salário-mínimo e a demanda sazonal típica do começo do ano conseguiram alterar de forma significativa esse quadro”, disse.

Para os próximos meses, Pizzani avalia que parte da dinâmica observada no primeiro trimestre deve continuar ao longo do ano, especialmente no segundo trimestre. Segundo ele, os indicadores antecedentes já apontam para um ambiente de menor dinamismo nos segmentos mais cíclicos da economia, enquanto o setor externo deve seguir sustentando parte da atividade.

Na visão do economista, esse cenário tende a ser bem recebido pelo Banco Central. “Trata-se de um modelo de crescimento que, em um primeiro momento, não gera pressão inflacionária relevante, justamente por ser puxado pela economia internacional”, afirmou.

Surpresa positiva

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda avaliou que o crescimento do PIB foi impulsionado, principalmente, pela demanda doméstica, com destaque para o consumo das famílias e a recuperação dos investimentos.

Em nota, a SPE afirmou que o resultado ficou levemente acima das projeções do governo e em linha com as expectativas do mercado. Segundo a secretaria, a composição do crescimento surpreendeu positivamente no setor industrial, enquanto agropecuária e serviços avançaram abaixo do esperado.

Pela ótica da demanda, a secretaria destacou a aceleração do consumo das famílias e a forte recuperação da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), indicador que mede os investimentos na economia. O consumo das famílias cresceu 1% no trimestre, enquanto os investimentos avançaram 5%, após retração no fim de 2025.

“A aceleração do consumo está associada à resiliência do mercado de trabalho”, marcada pelo aumento da renda, expansão das vagas formais e taxa de desemprego em níveis historicamente baixos, segundo destacou a SPE.

A secretaria também ressaltou que o setor externo teve contribuição negativa para o resultado do PIB, diante da queda das exportações e do avanço das importações. Para a SPE, a absorção doméstica foi o principal motor da atividade econômica no início do ano, compensando o desempenho mais fraco do comércio exterior.

Apesar do resultado positivo no primeiro trimestre, a expectativa da Fazenda é de desaceleração da atividade econômica nos próximos meses. A SPE projeta crescimento menor no segundo e no terceiro trimestres, com retomada mais forte apenas no fim do ano, acompanhando os efeitos da flexibilização monetária. Ainda assim, a projeção oficial do governo se mantém na elevação de 2,3% para o PIB em 2026.

Contas públicas fecham abril com superavit de R\$ 24 bi

Com arrecadação recorde e superavit no governo federal, as contas públicas fecharam o mês de abril com saldo positivo. O setor público consolidado — formado por União, estados, municípios e empresas estatais — registrou superavit primário (que exclui o pagamento de juros) de R\$ 24,6 bilhões no mês passado. Na comparação com abril de 2025, o aumento foi relevante. No mesmo mês do ano passado, o saldo positivo havia ficado em R\$ 14,2 bilhões. Os dados foram divulgados, ontem, pelo Banco Central (BC).

Apesar do resultado do mês passado, nos 12 meses encerrados

em abril, o setor público consolidado ficou deficitário em R\$ 126,6 bilhões, ou 0,97% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2025, as contas públicas fecharam o ano com déficit primário de R\$ 55 bilhões (0,43% do PIB).

Estatais na contramão

Com arrecadação recorde em abril, a conta do Governo Central teve superavit de R\$ 26,1 bilhões ante resultado negativo de R\$ 16,2 bilhões em abril de 2025. O montante difere do resultado divulgado na quinta-feira pelo Tesouro

Nacional, de superavit de R\$ 25,2 bilhões, porque o BC usa uma metodologia diferente, que leva em conta a variação da dívida dos entes públicos.

Os governos estaduais e municipais tiveram resultado positivo de R\$ 329 milhões em abril passado, contra déficit de R\$ 659 milhões no mesmo mês de 2025, impulsionando o superavit das contas públicas.

Em 12 meses encerrados em abril, o setor público acumula déficit de R\$ 1,2 trilhão, ou 9,41% do PIB. O resultado nominal é levado em conta pelas agências de classificação de risco ao analisar o

negativo de R\$ 1,8 bilhão, em abril. No mesmo mês de 2025, houve déficit de R\$ 1,4 bilhão.

Os gastos com juros ficaram em R\$ 84,8 bilhões no mês passado. Com isso, o resultado nominal das contas públicas — formado pelo resultado primário mais os juros — ficou em déficit de R\$ 60,1 bilhões, acima dos R\$ 55,5 bilhões negativos de abril de 2025.

Em 12 meses encerrados em abril, o setor público acumula déficit de R\$ 1,2 trilhão, ou 9,41% do PIB. O resultado nominal é levado em conta pelas agências de classificação de risco ao analisar o

endividamento de um país, indicador observado por investidores.

Dívida pública

A dívida líquida do setor público — balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais — chegou a R\$ 8,8 trilhões em abril, o que corresponde a 67,4% do PIB, aumento de 0,6 ponto percentual mês.

O aumento se deve, sobretudo, ao impacto dos juros nominais apropriados e à apreciação cambial de 4,4% em abril, compensado pelo superavit primário

do mês, pela variação do PIB nominal e por demais ajustes da dívida externa líquida. Como o país é credor em moeda estrangeira, um aumento do dólar significa aumento da dívida líquida.

No mês passado, a dívida bruta do governo geral (DBGG) — que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais — chegou a R\$ 10,4 trilhões — ou 80,4%, aumento de 0,4 ponto percentual sobre o PIB do mês anterior. Assim como o resultado nominal, a dívida bruta é usada para traçar comparações internacionais.